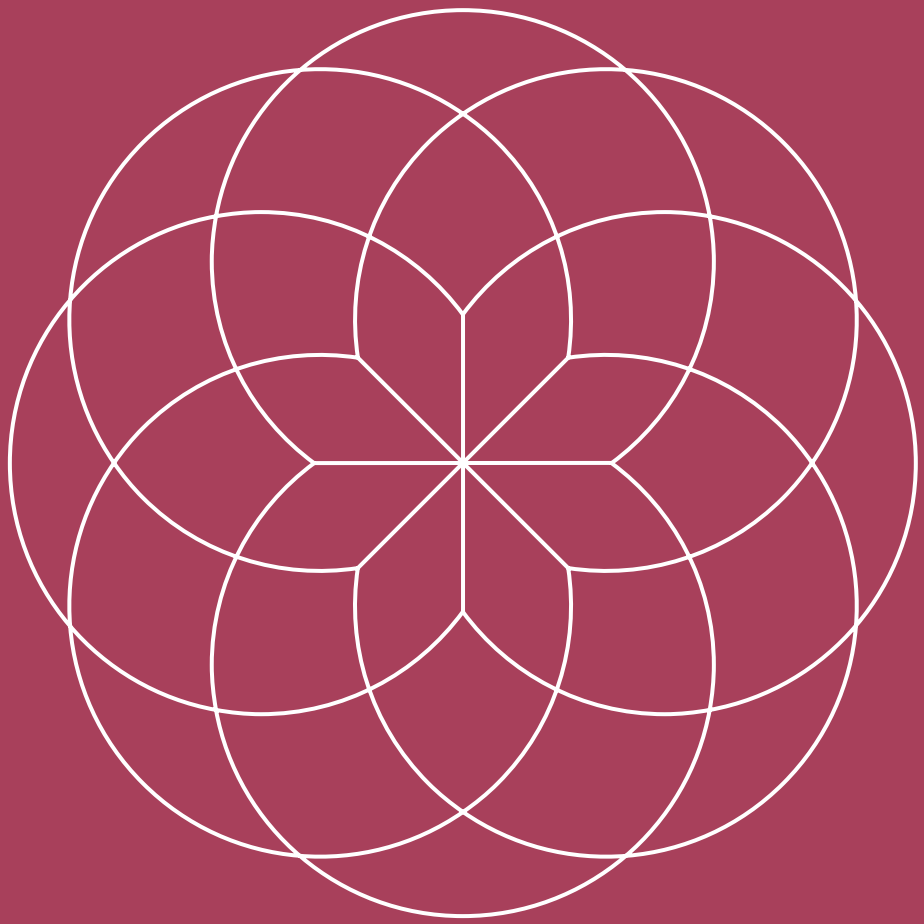
Relatório e Contas

2015

AORP
ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA
E RELOJOARIA DE PORTUGAL



AORP - ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA
E RELOJOARIA DE PORTUGAL
Av. Rodrigues de Freitas, 204 | 4000-416 Porto
T. +351 225 379 161/2/3 | F. +351 225 373 292
geral@aorp.pt | www.aorp.pt

CAPA
Fotografia *| Aloísio Brito*
Brincos e anel *Rosarinho Cruz* ***Anel Peacock*** *Ana João Jewelry*
Colar *Jorge Silva*

AORP
ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA
E RELOJOARIA DE PORTUGAL

índice

ESTRUTURA ASSOCIATIVA 05

MENSAGEM DA PRESIDENTE 06

EQUIPA AORP 07

ATIVIDADES AORP 08

CONTAS DE EXERCÍCIO 15

ANEXO 21

PARECER CONSELHO FISCAL 37

+Estrutura Associativa+

	EMPRESA	REPRESENTANTES
DIREÇÃO EFETIVOS	*Delfim Pires Marinho Alves & Filho, Lda.*	*Nuno Marinho*
	Bruno da Rocha, Unip., Lda.	*Bruno da Rocha*
	Ilídio dos Santos Galeiras, Lda.	*António José Galeiras*
	J. Borges de Freitas, Lda.	*Ana Freitas*
	Rui Vieira Joalheiros, S.A.	*José Manuel Silva*
SUPLENTES	*Marco Cruz Joalheiro, Unip., Lda.*	*Marco Cruz*
	Ourivesaria Martins do Vale Irmão, Lda.	*Paulo do Vale*
	Topázio - Ferreira Marques & Irmão, Lda.	*Carla Costa*
ASSEMBLEIA GERAL	*Casimiro Coelho, Ind. e Com. de Joias, Lda.*	*Casimiro Coelho*
	J. Monteiro de Sousa & Filhos, Lda.	*Joaquim Monteiro*
	Manuel Alcino & Filhos, Lda.	*Manuel Alcino*
CONSELHO FISCAL	*Fernando Rocha Joalheiro, S.A.*	*Fernando Rocha*
	Manuel Fernando da Rocha Unip. Lda.	*Nuno Rocha*
	Ouropa - Pedro Rosas, Lda.	*José Manuel Marques*
CONSELHO GERAL	*Campos Ribeiro Costa, Lda*	*André Campos*
	Góris, Ind. e Com. de Ourivesaria, Lda.	*Rómulo Silva*
	Intemporal – Joias e Relógios, Lda.	*Joaquim Novais*
	José Cândido Cruz, Lda.	*Paulo Cruz*
	Mimata, Lda.	*Joana Mieiro*
	Pink Invasion Joalharia, Lda.	*Ângela Lima*
	Soarijoia, Lda.	*João Soares*
	Styliano & Ribeiro, Lda.	*Rui Styliano*
	TMB, Ind. e Com. de Ourivesaria, Unip., Lda.	*Tiago Barbosa*

Mensagem da Presidente

A entrada no ano de 2015 significou para a AORP a passagem para a implementação de ações mais consistentes e consensuais. A ourivesaria portuguesa, que se transforma a uma velocidade vertiginosa, abraçou uma nova abordagem da problemática setorial fundamentada na partilha de responsabilidades entre a Associação e as empresas. A maior incidência nos campos da inovação, da criatividade e internacionalização tem como objetivo consolidar os resultados obtidos numa maior orientação das empresa para os mercados externos e num aumento consistente das exportações, assim como na afirmação e incremento da notoriedade e valorização da ourivesaria portuguesa fora e dentro de portas.

Criada uma massa crítica de empresários mais capazes e mais conscientes dos desafios a enfrentar, juntos, Associação e empresas, encararam o 2015 como um ponto de viragem. Se por um lado, ao nível interno da estrutura associativa, a palavra para definir o desempenho da casa foi "equilíbrio", como nota dominante da evolução da Associação, já ao nível das empresas, atrever-nos-íamos a dizer "reposicionamento", pela alteração de paradigmas de negócio e sobretudo pela concretização sustentada de ações no terreno internacional.

Com efeito, entendemos que foi encontrado o caminho que possibilita o relançamento do setor, reclamando o mérito e reconhecimento pela via do sucesso empresarial.

Para a Associação, 2015 significou uma trajetória positiva que, por sua vez, determinou um papel mais ativo e interveniente no desenvolvimento dos interesses dos associados, com um protagonismo acentuado nas atividades e iniciativas que propiciarão o sempre desejável crescimento qualitativo e quantitativo do setor.

O relatório que se segue descreve com mais detalhes essas atividades, prestando as devidas contas aos associados. A marca dos resultados positivos é nota que se mantém, o que nos permite projetar e executar mais e melhores projetos em benefício da ourivesaria portuguesa.

Com as melhores saudações,
Ana Freitas
Presidente de Direção

equipa

FÁTIMA SANTOS

SECRETÁRIA GERAL
fatima.santos@aorp.pt

ANA CARVALHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
ana.carvalho@aorp.pt

SÍLVIA RAMOS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
ramos.silvia@aorp.pt

SÍLVIA SILVA

DEPARTAMENTO COMUNICAÇÃO E IMAGEM
silvia.silva@aorp.pt

ANA COUTO PINTO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
geral@aorp.pt

CÉLIA SOUSA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
celia.sousa@aorp.pt

aorp

+ Atividades +

O ano de 2015 voltou a apresentou-se repleto de atividades para o setor. De forma resumida passamos a apresentar as principais ações desenvolvidas pela AORP para dinamizar e manter o setor ativo.

** PROJETO PORTUGUESE JEWELLERY RUNS GLOBAL*

O projeto que abriu o caminho para a abordagem conjunta da internacionalização.
O denominado Portuguese Jewellery Runs Global foi a primeira iniciativa aplicada nos moldes de um programa de ação conjunto e partilhado, e que foi aprovado no final de 2014. Foi projetado para promover as pretensões globais do setor. Promovido pela associação com a participação ativa de mais de quarenta empresas, encontra-se enquadrado no financiamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e na Estratégia Nacional - Portugal 2020.

O Programa em execução durante o ano de 2015 e 2016 integra o desenvolvimento de capacidades para valorização da oferta nacional e a promoção dos atributos distintivos dos produtos, fruto da criatividade nacional no mercado global. Este Programa visa também a aposta na internacionalização como uma opção estratégica para um maior número de empresas.

A agenda de atividades, que se desenvolveu entre Fevereiro de 2015 e terminará em Dezembro de 2016, integra 19 missões distribuídas por 16 participações em feiras e salões e 3 missões empresariais de prospeção, abrangendo 12 países e materializa-se na participação esperada de mais de quarenta empresas.

Só em 2015, foram realizadas 12 ações (+5 do previsto): 7 feiras e 5 missões; atingidos 11 mercados (+ 4 do previsto): 10 mercados com uma ação (Alemanha, Brasil, Polónia, Estados Unidos, Colômbia, França, Itália, Reino Unido, Eslováquia, Emirados Árabes Unidos) e um mercado com duas ações (Espanha), envolvendo 19 participações de empresas em missões comerciais.

No papel de promotora a associação norteia-se por um modelo baseado na promoção dos fatores de competitividade, nomeadamente a valorização das produções nacionais e da marca coletiva Portuguese Jewellery Shaped with Love.

O projeto, conta com o acompanhamento qualificado da AORP para promover a cooperação e potencializar as oportunidades de negócio nos mercados visados. Este acompanhamento teve como finalidade reforçar a orientação das PME para os mercados externos através do reforço da notoriedade mas também das vendas em mercados de referência. Visa ainda a penetração em mercados não tradicionais, através de um aumento da notoriedade e/ou vendas.

Outros fatores tais como a exploração da marca coletiva internacional - Portuguese Jewellery Shaped with Love - pelas empresas; a integração das funcionalidades das TIC no processo comercial e de internacionalização; o recurso eficaz às redes sociais e outros canais de promoção/venda, entre outros; o lançamento de campanhas de marketing e publicidade adequadas aos mercados-alvo; e a integração de iniciativas distintas em 3 mercados: Emirados Árabes Unidos, Hong Kong e EUA - Las Vegas, constituem plataformas incontornáveis para mercados de grande progressão e crescimento da procura, como Médio Oriente, Oriente e o continente Americano, respetivamente e serão também amplamente valorizados nos quase dois anos de intervenções.

** OURIVESARIA PORTUGUESA TEM CONDECORADO DE MÉRITO*

O dia 27 de janeiro de 2015 representou um marco importante para a Ourivesaria Portuguesa! Manuel Alcino, dono de uma das maiores empresas de Pratas de Portugal,

ALCINO SILVERSMITH SINCE 1902, e Presidente da Direção da AORP até dezembro de 2015, foi condecorado com a Comenda de Ordem de Mérito entregue pelo Chanceler das Ordens Honoríficas Prof. Doutor Valente de Oliveira.
Manuel Alcino foi agraciado pelo seu grande percurso profissional, de uma vida dedicada ao setor da ourivesaria, com grande relevo na construção de um ambiente empresarial de qualidade ímpar e tendo como motor uma grande visão de futuro e de modernidade. Características intrínsecas à forma como liderou e lidera a estratégia da sua casa centenária, mas também como dirigente nos últimos 9 anos do rumo da AORP.

As Ordens de Mérito Civil têm o objetivo de galardoar o mérito civil, manifestado no exercício de funções públicas ou privadas, em especial na área social, na educação e no meio empresarial. São, no seu conjunto, uma mescla entre Ordens criadas já no período da República ou que resultam de reformulação de Ordens criadas no final do século XIX.

A Ordem do Mérito é o desdobramento de uma Ordem criada em 1927, a Ordem da Instrução e da Benemerência, que foi reformulada em 1929. A Ordem da Benemerência, que resultou desse desdobramento, foi renomeada em 1976 como Ordem do Mérito.

São três as Ordens de Mérito Civil: Ordem do Mérito, Ordem da Instrução Pública e Ordem do Mérito Empresarial. A cada uma das Ordens de Mérito Civil correspondem finalidades e insígnias específicas, consagradas na Lei das Ordens Honoríficas.

** BOLD JEWELLERY MAGAZINE LANÇADA EM SETEMBRO*

Em setembro, a AORP lançou uma nova revista. Bold Jewellery Magazine será um dos meios escolhidos para a promoção da ourivesaria portuguesa, focada no mercado exterior. O velho anuário veste uma nova roupagem e muda de conceito.

Nos últimos anos a associação redirecionou a sua estratégia e nessa linha de ação, este projeto assumiu-se como chave no objetivo de elevar a notoriedade do setor. A qualidade desta revista preencheu padrões de elevado prestígio, e a sua visibilidade nacional e internacional crescerá exponencialmente. O investimento por trás deste projeto pressupõe a confiança nos resultados a alcançar. Um trabalho de fundo, desenvolvido desde o início do ano de 2015, com um conjunto de atores setoriais, com o maior destaque dado às empresas, confiava que o formato fosse pautado pela qualidade e pelo talento existente na ourivesaria, o que foi confirmado.

A festa de lançamento, dirigida a empresários, designers, jornalistas, bloggers e amantes de ourivesaria em geral, foi realizada no dia 19 de Setembro passado, na loja Patch, no Porto, produzida pela AORP, com o apoio do artista Luís Espinheira e a parceria com o Porto Fashion Makers. O lançamento da Bold Magazine aproveitou a agenda da cidade do Porto. No dia 19 de setembro houve uma natural concentração de atenções para o bairro das artes, na zona de Miguel Bombarda, a propósito das inaugurações do mês de setembro.

Convicta no renascer de uma promissora nova fase para o setor, a Bold Jewellery Magazine, a primeira revista nacional especializada na promoção da ourivesaria e orientada para o mercado internacional, anunciou excitantes novas oportunidades e desafios para a ourivesaria portuguesa.

Ao arriscar numa imagem diferenciadora e numa visão disruptiva, a revista quebrou preconceitos, surpreendeu amantes de joalharia e captou de imediato a atenção

de novas gerações. Com novos públicos e mercados no horizonte, o antigo anuário AORP apostou num novo formato, numa imagem renovada e na introdução de novos conteúdos.

Para além da curadoria de temas e fotografias relacionados com as tendências do setor, a Bold Magazine apresentou informações sobre a cultura e a cidade do Porto, afirmando a irreverência dos novos designers e a excelência do saber fazer centenário dos artesãos nacionais.

A iniciativa promovida pela associação enquadra-se na estratégia de renovar o posicionamento e elevar a notoriedade do setor nacional e internacionalmente. A publicação foi já distribuída em Portugal, Espanha, Itália, França, EUA, Emirados Árabes Unidos, China, Colômbia, Brasil, Polónia, Holanda, Reino Unido e Japão, alguns dos mercados de elevado potencial identificados pelas empresas associadas.

A par da apresentação da revista, foi inaugurada a exposição Bold Pieces. A mostra de 23 fotografias, da autoria dos fotógrafos Luís Espinheira e Óscar Almeida, apresentou o lado mais contemporâneo da joalharia portuguesa, traçando uma reflexão sobre as maiores tendências internacionais e exibindo uma modernidade sem igual. A exposição decorreu até 19 de outubro.

** CONGRESSO DA CIBJO – PARTICIPAÇÃO NA REDE INTERNACIONAL INSTITUCIONAL | SÃO SALVADOR, BRASIL*

O organizador da edição de 2015 do congresso da CIBJO, que decorreu de 4 a 6 de Maio, foi o IBGM - Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos, uma organização nacional sem fins lucrativos, com sede em Brasília, que, desde 1977, representa toda a cadeia de distribuição do setor joalheiro, desde a extração mineira ao retalho, passando pela lapidação de gemas e manufatura de joalharia, tendo associados por todos os estados federais do país e servindo como confederação das associações setoriais estaduais. Esta foi a primeira vez que um congresso da organização teve lugar na América Latina.

A CIBJO - Confederação Mundial de Joalharia, de que a AORP é representante oficial de Portugal, tem nestes congressos anuais a sua reunião magna que têm lugar nas mais variadas partes do Mundo, inclusivamente no Porto, em Portugal, na sua edição de 2011.

Os congressos, mais do que meras reuniões formais de discussão procedimentar ou estatutária, são verdadeiros fóruns de discussão das mais variadas matérias de interesse estratégico para todo o setor, em toda a sua cadeia de distribuição, tendo comissões de trabalho dedicadas para estas discussões. Nestes congressos estabelecem-se também plataformas de contato entre profissionais e organizações dos mais variados cantos do Mundo, permitindo o estreitamento de relações de trabalho e o reconhecimento de sinergias mútuas para a implementação de projetos futuros.

** RJOC*

No dia 15 de novembro entrou em vigor a Lei n.º 98/2015, de 18 de agosto que estabeleceu o novo RJOC - Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias. Este regime que revogou uma legislação com mais de trinta anos prometia aos operadores económicos do setor ser um mecanismo de apoio à modernização das suas empresas no sentido de lhe dar ferramentas para se tornarem mais competitivas. Nada disto

aconteceu.
O novo RJOC, uma lei extensa, massuda e em tantos casos de difícil interpretação, traz agora ao setor da ourivesaria inúmeras dificuldades. O legislador preocupou-se em sobre regulamentar todas as áreas da cadeia de valor da ourivesaria, criando obstáculos a juzante, na produção e também a montante, no comércio de artigos de ourivesaria, que não existiam até aqui! Retrocedemos portanto.

Defendemos, tal como esta lei o faz, que o seu objetivo principal seja a proteção do consumidor quando adquire artigos de metais preciosos, mas não aceitamos as exigências descabidas que artigo a artigo este diploma deposita nas mãos dos operadores económicos.

Não pode um setor ser refém de uma legislação que cria obrigações, complicações e deixa tantas dúvidas na sua interpretação.

Acresce ainda que esta lei teima na manutenção de um sistema de marcação obrigatória entregue exclusivamente às Contrastarias enquanto serviços oficiais integrados na INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, quando o setor em bloco reclama há muitos anos, à semelhança de tantos outros países europeus, a consagração da permissão da entrada de outros operadores económicos privados capazes de prestar serviços de marcação em condições concorrenciais e que permitiriam ao setor evoluir. Havendo regras claras que estabelecem os requisitos de marcação dos artigos de metais preciosos, estando previsto o controlo por parte do IPQ – Instituto Português da Qualidade, existindo fiscalização da ASAE, não se entende como é que se mantém a exclusividade de marcação entregue às Contrastarias (INCM). Desta forma castra-se a competitividade das nossas empresas.

Ao longo de 2015, antes da entrada em vigor da legislação, deslocámo-nos a Lisboa inúmeras vezes, reunimos com os deputados da Assembleia da República de todas as bancadas políticas. Tivemos audiências com o Ministro da Economia e com a Secretaria de Estado do Tesouro. Organizámos sessões de trabalhos com a PSP, com a PJ e GNR. Trabalhámos com a Contrastaria na medida do que foi possível. Discutimos com a Direção Geral das Atividades Económicas e com a ASAE sobre as alterações necessárias a introduzir na legislação do setor. Desdobramo-nos em contactos para fazer prevalecer as nossas propostas.

Ainda em 2015, após a entrada em vigor da lei, e já durante o ano de 2016, continuámos a pressionar e a representar a nossa posição que é a das nossas empresas junto das autoridades com competência no nosso país, concretamente o governo, e estamos certos que em breve veremos publicadas em Diário da República alterações a este RJOC.

** MEIOS DE COMUNICAÇÃO: JORNAL | FACEBOOK | NEWSLETTER | SITE | BLOG*

A forma de estarmos sempre em contacto com o setor e com todos aqueles que nos rodeiam é feita através dos nossos meios de comunicação. Tendo essa consciência, no ano de 2015, fortalecemo-nos nessa área. Aumentámos qualitativamente e quantitativamente os conteúdos que publicámos no nosso jornal, facebook, newsltter, site e blog.

Seguimos a estratégia inaugurada já no ano anterior, que teve o mote na criação de nova imagem institucional. Diariamente levamos informação setorial aos operadores económicos, criando uma rede à volta da ourivesaria.

*Neste sentido publicamos o nosso **jornal** de forma trimestral, disponibilizamos online a sua versão digital e distribuímos a versão impressa por cerca de 2000 empresas e/ ou agentes ligados ao setor da ourivesaria, escolas de ourivesaria, câmaras municipais e entidades parceiras da AORP, como Serralves, ESAD, Engenho & Arte, Contacto de Autor, Soares dos Reis, Alquimia entre outras.*

*Através das **redes sociais** tornámo-nos mais próximos do nosso público, e chegámos efetivamente a mais gente do setor, em Portugal e no estrangeiro.*

*Pretendemos uma comunicação próxima, diária e imediata, desta forma alimentamos o nosso **Facebook e Instagram** regularmente com os mais diversos conteúdos de interesse.*
O retorno e feedback das publicações fazemos, por serem tão positivos, inspiram-nos a continuar este trabalho e ir mais além.

*À quinta-feira tornou-se um hábito ler a **newsletter**, enviada para o correio eletrónico de mais de 5000 contactos, com uma chamada de atenção para os principais destaques semanais ou atividades que se aproximam.*

*O **blog** PORTUGUESEJEWELLERY.PT, a ferramenta digital de promoção da identidade da marca PORTUGUESE JEWELLERY SHAPED WITH LOVE e as ações da ourivesaria nacional no internacional, por ser um meio onde as empresas podem integrar as iniciativas da AORP e promover o melhor das suas produções, é alvo de uma maior seleção de conteúdos e iniciativas.*

O foco é a promoção internacional da ourivesaria portuguesa, sabendo que estamos posicionados no mercado enquanto indústria de qualidade, pretendemos um caminho de promoção mais direcionada para as nossas marcas e produtos.

*Neste sentido foi criado o **Portuguese Jewellery – INSIGHT** dedicado a promover e destacar isoladamente, numa perspetiva individual e personalizada o que de melhor e mais interessante cada uma das nossas empresas associadas faz. Esta promoção será feita através dos nossos meios de comunicação, usando-se preferencialmente o envio individualizado de email para uma extensa base de dados, facebook, instagram e portuguesejewellery.pt.*

*O **site institucional** é o local onde recebemos diariamente mais de 2000 visitas. A principal atração continua a ser a divulgação diária e contínua do preço de referência dos metais preciosos.*

** OURINDÚSTRIA*

A 17ª edição da Ourindústria realizou-se entre os dias 26 e 29 de Março, no Multiusos de Gondomar. Presente nesta feira esteve a AORP, parceira institucional, ocupando um stand apelativo. A proximidade das empresas, divulgação e promoção do setor em Portugal e do plano de atividades atuais e futuras, em benefício do setor e dos seus associados, são sempre os propósitos que regem a Associação.

** PORTOJÓIA*

A 26.ª edição da PortoJoia que decorreu de 24 a 27 de setembro, focou-se num novo posicionamento. Nesta edição a feira, quis fazer o maior evento de promoção da indústria da ourivesaria e da joalharia em Portugal de forma fresca e atual, estimulando o negocio junto do mercado nacional e internacional.

Promover as tendências do setor e novas formas de pensar; desenvolver serviços à medida do expositor e estimular o interesse do visitante passaram a ser objetivos reais da feira. Conseguiu-se também aumentar as sinergias entre o setor e a área da moda e decoração, impulsionar a criatividade dos jovens e incrementar maior o apoio através do negocio.

A AORP foi nesta edição um parceiro muito ativo, participante na maior parte das iniciativas organizadas dinamizando assim o setor. Ocupou um stand institucional, no qual participaram várias empresas expondo aí as suas joias e organizando um espaço para jovens criadores portugueses.

A proximidade com os expositores e visitantes é importante e desta forma a AORP utiliza a PORTOJOIA para promover os programas e as atividades em curso e dialogar com as empresas, sentido a força do setor.

* CINDOR – CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA DA OURIVESARIA E RELOJOARIA

Durante o ano de 2015, esta foi em suma a atividade formativa do CINDOR, com efeitos para o setor da ourivesaria:

ANO DE 2015 - EXECUÇÃO FÍSICA DOS CURSOS DA ÁREA DE OURIVESARIA E RELOJOARIA

		Formandos	Volume de Formação	Total de Cursos
SISTEMA DE APRENDIZAGEM	*TÉCNICO DE JOALHARIA / CRAVADOR/A*	9	5.299	1
	TÉCNICO/A DE OURIVESARIA	42	41.138	3
CURSOS EFA	*TÉCNICO/A DE OURIVESARIA*	109	63.033	6
FORMAÇÃO MODULAR	*OURIVESARIA/JOALHARIA*	354	27.214	15
	CRAVAÇÃO	80	2.965	3
	FILIGRANA	81	13.537	3
	CINZELAGEM	53	5.381	1
	DESIGN DE JOALHARIA	29	5.522	1
	EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E E-MARKETING EM OURIVESARIA	20	1.079	1
	SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO EM OURIVESARIA, JOALHARIA E RELOJOARIA	29	5.258	1
	CAD - RHINOCEROS	80	3.381	3
	VITRINISMO EM OURIVESARIA, JOALHARIA E RELOJOARIA	31	5.136	1
FORMAÇÃO MODULAR - EXTRA CNQ	*RELOJOARIA*	40	1.972	3
	FRANCÊS EMPRESARIAL	7	303	1
	TOTAL	**964**	**181.218**	**43**

* QUANTOS SOMOS

*Associados em 31.12.2014- **350***
*Demissões ao longo de 2015 - **48***
*Admissões em 2015 - **86***
*Associados no final do ano de 2015 - **388***

+ Contas de Exercício +

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O ano 2015, apresenta-se aqui com uma trajetória positiva e equilibrada que, determina um papel mais ativo e interveniente no desenvolvimento dos interesses dos associados, com um protagonismo mais acentuado nas atividades propiciarão o sempre desejável crescimento qualitativo e quantitativo do setor que acolhemos e cuja função social nos cumpre dinamizar. Verificámos uma adequada dotação dos meios financeiros e estruturais, onde o contributo decorrente da estabilidade é indicador seguro de continuidade e sustentabilidade na prossecução dos anseios que a todos nos animam.

A observação do caminho percorrido pela análise das contas que se apresentam e que apenas serão o afloramento da intensa e exigente realidade quotidiana, permite verificar que o montante de rendimentos alcançou um valor global de 690.747,66 euros, em tudo semelhante ao ocorrido no ano anterior, relativamente ao qual se regista um aumento de perto de cinco mil euros, e constitui o índice mais relevante da sublinhada estabilidade e regularidade no desempenho das tarefas realizadas. Diferenças acentuadas no volume dos serviços prestados e na obtenção de subsídios não contrariam a observação, porquanto, relacionando-se estes itens com a execução dos programas de apoio ao desenvolvimento empresarial, a diversidade e as exigências concretas superiormente programadas determinam procedimentos que conduzem a diferentes matizes nos fluxos financeiros respetivos.

Os gastos reconhecidos, cuja regularidade global e parcelar também se sublinha e que alcançaram no período o valor global de 684.770,64, refletem a utilização de toda a estrutura física e dos recursos humanos no desenvolvimento das oportunidades do ansiado crescimento que se pretende para o setor e que os programas em que se participou contemplam nas diversas vertentes e medidas que asseguram a presença nos locais com interesse empresarial.

O balanço é indicador suficiente de uma estrutura financeira com capacidade para sustentar a atividade que se desenvolve e apenas a receção tardia ou ainda não concretizada dos apoios financeiros correspondentes aos programas em que se participou e cujos fluxos financeiros nem sempre acompanham o percurso que no terreno se vai fazendo, explicam os valores mais encorpados que se apresentam.

As demonstrações financeiras que integram a prestação de contas exprimem mais pormenorizadamente os diversos aspetos de que aqui apenas se apresentam os tópicos e convocam-se os interessados à sua análise, sem perder de vista o essencial a que correspondem: a atividade desenvolvida.

O resultado do exercício apresenta-se positivo em 5.977,02 euros, para o qual se propõem a afetação a resultados transitados.

BALANÇO - ATIVO 31 de Dezembro de 2015	NOTAS	VALORES EM €	
ATIVO NÃO CORRENTE		**2015**	**2014**
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	*7.1*	*277.531,55*	*274.432,30*
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	*7.2*	*206.876,49*	*216.246,14*
ATIVOS INTANGÍVEIS			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	*8*	*300,00*	*300,00*
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/ MEMBROS			
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		**484.708,04**	**490.978,44**
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	*10*	*5.199,60*	*5.199,60*
CLIENTES E UTENTES	*17.1*	*134.309,91*	*18.160,84*
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	*17.4*	*3.852,58*	
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	*17.5*	*6.861,64*	
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/ MEMBROS			
OUTRAS CONTAS A RECEBER	*17.6*	*250.655,41*	*120.621,39*
DIFERIMENTOS	*17.2.1*	*273.802,32*	*84.952,86*
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS			
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	*5*	*245.338,30*	*27.391,89*
TOTAL DO ATIVO CORRENTE		**920.019,76**	**256.326,58**
TOTAL DO ATIVO		**1.404.727,80**	**747.305,02**

BALANÇO - FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO 31 de Dezembro de 2015	NOTAS	VALORES EM €	
FUNDOS PATRIMONIAIS		**2015**	**2014**
FUNDOS	*17.7*	*99.759,58*	*99.759,58*
EXCEDENTES TÉCNICOS			
RESERVAS			
RESULTADOS TRANSITADOS	*17.7*	*-220.220,11*	*-228.379,24*
AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS			
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	*17.7*	*668.149,13*	*668.149,13*
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS			
		547.688,60	*539.529,47*
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	*17.7*	*5.977,02*	*8.159,13*
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**553.665,62**	**547.688,60**
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
PROVISÕES			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS			
OUTRAS CONTAS A PAGAR			
		0,00	*0,00*
PASSIVO CORRENTE:			
FORNECEDORES	*17.4*	*335.445,11*	*34.371,48*
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E UTENTES		*40.673,24*	
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	*17.5*	*5.599,76*	*10.543,42*
FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/ MEMBROS			
FINANCIAMENTO OBTIDOS	*9*	*142.548,05*	*85.808,82*
DIFERIMENTOS	*17.2.2*	*162.049,01*	*0,00*
OUTRAS CONTAS A PAGAR	*17.3*	*164.747,01*	*68.892,70*
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS			
TOTAL DO PASSIVO		**851.062,18**	**199.616,42**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		**1.404.727,80**	**747.305,02**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 31 de Dezembro de 2015	NOTAS	VALORES EM €	
RUBRICAS - RENDIMENTOS E GASTOS		**2015**	**2014**
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	*19*	*366.045,24*	*194.811,85*
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	*13*	*225.575,39*	*339.500,97*
GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS			
VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO			
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE			
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS			
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	*20*	*-504.080,66*	*-497.718,21*
GASTOS COM O PESSOAL	*18*	*-122.910,73*	*-129.584,49*
AJUSTAMENTOS DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)			
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)			
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)			
OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)			
AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR			
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	*22*	*99.127,03*	*151.786,08*
OUTROS GASTOS E PERDAS	*21*	*-20.464,31*	*-19.319,61*
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		***43.291,96***	***39.476,59***
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	*7.3*	*-31.792,90*	*-30.472,20*
IMPARIEDADE DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)			
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		***11.499,06***	***9.004,39***
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS			
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	*9*	*-5.522,04*	*-845,26*
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		*5.977,02*	*8.159,13*
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	*16*	*0,00*	*0,00*
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		***5.977,02***	***8.159,13***

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 31 de Dezembro de 2015	NOTAS	VALORES EM €	
		2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RECEBIMENTOS DE CLIENTES		*290.671,41*	*239.899,64*
PAGAMENTOS A FORNECEDORES		*-206.859,61*	*-633.920,20*
PAGAMENTOS AO PESSOAL		*-125.471,47*	*-129.604,63*
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		***-41.659,67***	***-523.625,19***
PAGAMENTO/RECEBIMENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO			
OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS		*217.051,33*	*420.990,43*
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**175.391,66**	**-102.634,76**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
ATIVOS INTANGÍVEIS			
SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTOS			
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		*-14.662,44*	*22.558,59*
ATIVOS INTANGÍVEIS			
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**-14.662,44**	**22.558,59**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		*148.548,05*	*85.808,82*
AUMENTOS DE CAPITAL, PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES E PRÉMIOS DE EMISSÃO			
SUBSÍDIOS E DOAÇÃOES			
VENDA DE AÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS			
COBERTURA DE PREJUÍZOS			
EMPRÉSTIMOS DOS SÓCIOS			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		*-85.808,82*	*0,00*
AMORTIZAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA			
JUROS E CUSTOS SIMILARES		*-5.522,04*	*-845,26*
SUBSÍDIOS E DOAÇÕES			
REDUÇÕES DE CAPITAL E PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES			
AQUISIÇÃO DE AÇÕES E QUOTAS PRÓPRIAS			
EMPRÉSTIMOS DOS SÓCIOS			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO(3) (4=1+2+3)		**57.217,19**	**84.963,26**
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		*217.946,41*	*-40.230,09*
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		*27.391,89*	*67.621,89*
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		*245.338,30*	*27.391,89*

+ *Anexo* +

Anexo às demonstrações financeiras

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA E RELOJOARIA DE PORTUGAL é uma Associação Patronal, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Rodrigues de Freitas, 204, cidade do Porto, constituída em 29 de Junho de 1949 sob a designação de Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte de Portugal, tendo adotado a actual denominação em 30 de Julho de 2008, e tem como objectivos principais a defesa dos interesses dos seus associados e o desenvolvimento tecnológico do sector de ourivesaria.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) previstos no Decreto-Lei nº 36-A/2001 de 9/3 e Portaria nº 105/2011, de 14/3.
O conjunto de normativos que integram o ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2011 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.
Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 01 de Janeiro de 2010, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.
As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e com expressão dos respectivos montantes em euros.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ENTIDADES DO SETOR NÃO LUCRATIVO (ESNL) QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis na sua totalidade com o período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, deduzido de depreciações acumuladas.
O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.
Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.
Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.
As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	5-10
Equipamento administrativo	5-10
Outros	7-10

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.
Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2 INVESTIMENTOS FINANCEIROS
Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade e a mesma se confirme, é registada a respectiva perda por imparidade.

3.3 IMPARIDADE DE ATIVOS
A Associação avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis".

3.4 LOCAÇÕES
Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos" e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

3.5 INVENTÁRIOS
As matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável liquido, no caso de este ser inferior. É utilizado o "Custo médio" como método de custeio.
Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.6 CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS
3.7.1 Dívidas de terceiros
As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.
As perdas por imparidade são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis, conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7.2 Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.7.3 Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.7.4 Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

3.7.5 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem que sejam imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.8 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Associação divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.9 REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

3.10 RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços prestados no decurso normal da atividade da Associação (quotas e subsídios incluídos). O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais e quando todos os riscos e vantagens da propriedade foram transferidos para o adquirente dos bens ou com referência à fase de acabamento dos serviços prestados ou período a que se referem.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.11 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.
Os subsídios não reembolsáveis associados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados nos capitais próprios como outras variações nos fundos patrimoniais, e deverão ser transferidos numa base sistemática para a conta de Imputação de subsídios para investimentos à medida que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitam.

3.12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor e tendo em conta a especificidade do objecto social da Associação e respectivo apuramento da matéria colectável.
Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.
Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.
Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.
Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.13 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.
Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Associação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou

informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materialmente relevantes, são divulgados no anexo.

3.15 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) Fluxos de caixa

A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

b) Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu planeamento estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras associações do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.16 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Associação são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direcção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que tinham sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente edifícios;

- Registo de provisões e perdas por imparidade;

3.17 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

5. FLUXOS DE CAIXA

Decomposição dos valores inscritos nas rubricas Caixa e Depósitos bancários em 31.12.2015 e 31.12.2014:

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	1.918,88	330,34
Depósitos à ordem	243.419,42	27.061,55
Depósitos a prazo	0	0
TOTAL	**245.338,30**	**27.391,89**

6. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

A Associação não detém ativos fixos intangíveis, nem incorreu em gastos no exercício de 2015 que cumpram as condições de reconhecimento e identificabilidade de ativos com estas características.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

7.1 ATIVO FIXO TANGÍVEL

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	TERRENOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CON-STRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANS-PORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRA-TIVO	OUTRAS IMO-BILIZAÇÕES	TOTAL
1 de Janeiro de 2015							
Custo de aquisição / reav-aliado	18.549,68	1.023.258,73	88.253,29	272,47	204.955,91	33.412,75	1.368.702,83
Depreciações acumuladas		794.026,29	88.253,29	272,47	203.454,64	8.263,84	1.094.270,53
Valor líquido	**18.549,68**	**229.232,44**		**0**	**1.200,79**	**25.148,91**	**274.432,30**
31 de Dezembro de 2015							
Adições		25.522,50					25.522,50
Alienações							
Transferências e abates							
Depreciações - exercício		21.344,83			215,01	863,41	22.423,25
Depreciações - alienações							
Dep. transf. e abates							
Valor líquido	**18.549,68**	**233.410,11**	**0**	**0**	**1.286,26**	**24.285,50**	**277.531,55**
31 de Dezembro de 2015							
Custo de aquisição / reavaliado	18.549,68	1.048.781,23	88.253,29	272,47	204.955,91	33.412,75	1.394.225,33
Depreciações acumuladas		815.371,12	88.253,29	272,47	203.669,65	9.127,25	1.116.693,78
Valor líquido	**18.549,68**	**233.410,11**	**0**	**0**	**1.286,26**	**24.285,50**	**277.531,55**

No período não existem indícios de perdas de imparidade.
As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Depreciações do exercício" da demonstração dos resultados pela sua totalidade.
A Associação dispõe dos seguintes bens do património histórico, artístico e cultural, valorizados ao preço de custo ou do custo reavaliado:
- Peças de museu em metais preciosos no valor de 23.204,12;
- Biblioteca no valor de 599,38.

7.2 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados na rubrica das propriedades de investimento foram como segue:

	TERRENOS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONS-TRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANS-PORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRA-TIVO	OUTRAS IMO-BILIZAÇÕES	TOTAL
1 de Janeiro de 2015							
Custo de aquisição / reavaliado	*17.609,53*	*478.002,44*					*495.611,97*
Depreciações acumuladas		*279.365,83*					*279.365,83*
Valor líquido	**17.609,53**	**198.636,61**					**216.246,14**
31 de Dezembro de 2015							
Adições							
Alienações							
Transferências e abates							
Depreciações - exercício		*9.369,65*					*9.369,65*
Depreciações - alienações							
Dep. transf. e abates							
Valor líquido	**17.609,53**	**189.267,16**					**206.876,49**
31 de Dezembro de 2015							
Custo de aquisição / reavaliado	*17.609,53*	*478.002,44*					*495.611,97*
Depreciações acumuladas		*288.735,48*					*288.735,48*
Valor líquido	**17.609,53**	**189.266,96**					**206.876,49**

As propriedades de investimento são constituídas por terreno e edifício cujos fins são a obtenção de rendas e/ou valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços, ou para fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.
O modelo aplicado foi o custo reavaliado e o justo valor avaliado tendo em conta os valores correntes de mercado, com ponderação de parâmetros correlacionados com a qualidade e o grau de conservação da construção, acessibilidade, visibilidade, proximidade de centros urbanos, equipamentos sociais e disponibilidade de meios de transporte.

A Associação estima que o justo valor se situa entre os valores de 350 000,00 euros e os 400 000,00 euros.
A depreciação foi aplicada pelo método da linha reta.

7.3 GASTOS DE DEPRECIAÇÃO

GASTOS	REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2015	2014
Gastos	*Propriedades de investimento*	*9.369,65*	*9.369,65*
Gastos	*Ativos fixos tangíveis*	*22.423,25*	*21.102,55*
Saldo Final		*31.792,90*	*30.472,20*

Não foi efetuada qualquer revalorização dos ativos fixos ou propriedades de investimento.

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

O detalhe dos investimentos, é como segue:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO	INVESTIMENTO EM SUBSIDIÁRIAS	INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS	OUTROS INVESTIMENTOS	TOTAL
MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:				
1. Quantia Bruta Escriturada Inicial				
2. Quantia Liquida Escriturada inicial (2 = 1)				
3. Movimentos no Período: (3 = 3.1)				
3.1 imputação de resultados				
4. Quantia Líquida Escriturada Final (4 = 2+3)				
OUTROS MÉTODOS				
5. Quantia Bruta Escriturada Inicial			300,00	300,00
6. Quantia Bruta Escriturada Inicial (6 = 5)			300,00	300,00
7. Movimentos no Período: (7 = 7.1)			0	0
7.1 Redução/Aumento			0	0
8. Quantia Líquida Escriturada Final (8 = 6+7)			300,00	300,00
EMPRÉSTIMOS SUBSIDIÁRIAS/ ASSOCIADAS:				
9. Quantia Bruta Escriturada Inicial				
10. Quantia Bruta Escriturada Inicial(10 = 9)				
11. Movimentos no Período: (11 = 11.1)				
11.1 Redução/Aumento				
12 Quantia Líquida Escriturada Final (12 = 10+11)				

9. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período e maturidade, bem como dos juros suportados, é como segue:

DESCRIÇÃO	CORRENTE (ATÉ 1 ANO)	MAIS DE 1 ANO	TOTAL	JUROS SUPORTADOS
Empréstimos Bancários	142.548,05		142.548,05	5.522,04
Locações Financeiras				
Letras Descontadas				
Empréstimo do I E F P				
Financiamentos obtidos	142.548,05		142.548,05	5.522,26

10. INVENTÁRIOS

10.1 QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

O custo dos inventários reconhecidos como gasto em 2015, foi nulo dado que não ocorreram vendas nem consumos de matérias primas:

	2015
	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Inventário inicial	5.199,60
Compras	0
Reclassificação e Regularização de Inventários	
Inventário Final	5.199,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**0**

11. RÉDITO

Réditos reconhecidos no período

	2015	2014
Vendas	0	0
Prestação de Serviços		
Quotizações e Joias	63.358,19	60.447,76
Feiras e cedência de instalações	302.687,05	134.364,09
SUB TOTAL	***366.045,24***	***194.811,85***
Subsídios e Doações		
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	225.575,39	339.500,97
SUB TOTAL	***225.575,39***	***339.500,97***
TOTAL	**591.620,63**	**534.312,82**

12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTIGENTES E ATIVOS CONTIGENTES

As políticas contabilísticas de reconhecimento de provisões estão explicitadas no ponto 3.8 do presente anexo. A Associação não reconheceu Provisões nem passivos nem ativos contingentes nas demonstrações financeiras e é reduzido o grau de previsibilidade e probabilidade de influxos ou exfluxos de recursos além dos identificados e reconhecidos.

13. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

13.1 DO GOVERNO

A Associação reconheceu como proveito do período, ao justo valor, subsídios provenientes de Organismos estatais no montante de 225 575.39 euros para apoio aos programas que desenvolveu no âmbito do desenvolvimento das competência da indústria de ourivesaria e também para apoio à contratação, os quais foram afetados às seguinte rubricas:

	2015	2014
Programa Formação PME	0	102.590,28
Programa Ourivesaria 3.0	0	101.846,44
Programa Gold Win Together	222.572,99	0
Programa What's Coming Next	0	128.833,15
IEFP Apoio Contratação	3.002,40	6.231,10
TOTAL	**225.575,39**	**339.500,97**

Quanto aos subsídios reconhecidos mas ainda não recebidos, existem garantias razoáveis de que serão recebidos.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Todos os ativos, passivos, rendimentos ou gastos reconhecidos nas demonstrações financeiras foram inicialmente expressos em euros.

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram acontecimentos materialmente relevantes após a data do balanço.
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção da Associação em 17 de Maio de 2016 para posterior apresentação à Assembleia Geral.

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação encontra-se abrangida pelo artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, gozando da isenção do Imposto sobre o Rendimento excepto no que respeita a rendimentos comerciais ou agrícolas e rendimentos de capitais. A atividade comercial exercida, não abrangida pela isenção, não gerou rendimentos sobre os quais devam ser pagos impostos sobre os rendimentos, pelo que não foi reconhecida qualquer quantia para este fim.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2015	2014
Clientes c/ gerais nacionais	134.309,91	19.533,84
Clientes c/ gerais comunitários		
Clientes c/ gerais outros países		
Clientes títulos a receber		
Clientes cobrança duvidosa	37.729,10	37.729,10
	172.039,01	57.262,94
Imparidade	37.729,10	37.729,10
Total Clientes	**134.309,91**	**18.160,84**
Clientes - Saldos Credores	**40.673,24**	**1.373,00**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

17.2 DIFERIMENTOS

17.2.1 Ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Associação tem registado na rubrica de diferimentos ativos os seguintes saldos:

	2015	2014
Seguros	1.246,28	1.065,76
Outros	272.556,04	83.887,10
TOTAL	**273.802,32**	**84.952,86**

17.2.2 Passivos

	2015	2014
Rendas a Reconhecer	0	0
Programa Port. Jew. Run	162 049.01	0
TOTAL	**162 049.01**	**0**

17.3 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a decomposição da rubrica de Outras contas a pagar, é como segue:

	2015	2014
Fornecedores de Imobilizado	24.280,00	13.420,00
Credores p/acréscimo de gastos	14.621,31	17.722,84
Credores diversos	125.845,70	37.750,00
Total Outras Contas a Pagar	**164.747,01**	**68.892,70**

17.4 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos de fornecedores dizem respeito a:

	2015	2014
Fornecedores c/ gerais nacionais	335.445,11	34.371,48
Fornecedores comunitários		
Fornecedores países terceiros		
Fornecedores conta títulos a pagar		
Total Fornecedores	**335.445,11**	**34.371,48**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

17.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos com o Estado são os seguintes:

	2015		2014	
	DEVEDOR	**CREDOR**	**DEVEDOR**	**CREDOR**
Imposto s/rendimento - IRC		0		0
Imposto s/rendimento - IRS		3 567.43		1.759,00
Imposto s/valor acresc. - IVA	6.861,64			6.370,83
Contrib. p/segurança social		2.032,33		2.413,59
Outros Impostos		0		0
TOTAL	**6.861,64**	**5.599,76**	**0**	**10.543,42**

17.6 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos com outros devedores são os seguintes:

	2015		2014	
	DEVEDOR	**CREDOR**	**DEVEDOR**	**CREDOR**
Devedores por acresc.rendim.	221.009,46	0	107.254,79	0
Outros devedores	29.645,95	0	13.366,60	0
TOTAL	**250.655,41**		**120.621,39**	

17.7 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.7.1 Fundos patrimoniais

Movimentos nas contas de Fundos patrimoniais ocorridos no período.

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO FINAL
Fundos	*99.759,58*			*99.759,58*
Excedentes Técnicos				
Reservas:				
Reservas legais				
Outras Reservas				
Resultados transitados	*-228.379,24*		*8.159,13*	*-220.220,11*
Excedentes de revalorização	*668.149,13*			*668.149,13*
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado líquido do período	*8.159,13*	*8.159,13*	*5.977,02*	*5.977,02*
TOTAL	**547.688,60**	**8.159,13**	**14.136,15**	**553.665,62**

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados foram como segue:

	2015	2014
Remunerações		
Órgãos Sociais	*0*	*0*
Pessoal	*101.185,58*	*106.199,61*
Sub-total	**101.185,58**	**106.199,61**
Encargos Sociais		
Encargos sobre remunerações	*20.373,68*	*22.276,21*
Seguro acidentes de trabalho	*1.351,47*	*1.108,67*
Outros	*0*	*0*
Sub-total	**21.725,15**	**23.384,88**
TOTAL	**122.910,73**	**129.584,49**

Durante o ano de 2015, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 6, tendo sido também de 6 em 2014.
Os órgãos sociais estão eleitos, em Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 2015, para o triénio 2016/2018 e têm o seguinte elenco: A Direção é composta por cinco membros efetivos e três suplentes; a Mesa da Assembleia Geral é composta por três elementos; o Conselho Fiscal conta igualmente com três membros efetivos e o Conselho Geral é composto por nove elementos.

19. COMPRAS, VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

19.1 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e serviços prestados reconhecidos na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2015	2014
VENDAS		
Mercado interno	*0*	*0*
Mercado comunitário		
Mercado extra-comunitário		
TOTAL	**0**	**0**
SERVIÇOS PRESTADOS		
Mercado interno	*366.045,24*	*194.811,85*
Mercado comunitário		
Mercado extra-comunitário		
TOTAL	**366.045,24**	**194.811,85**
TOTAL VENDAS E SERV. PRESTADOS	**366.045,24**	**194.811,85**

19.2 COMPRAS

No período não foram reconhecidas quaisquer compras.

20. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2015	2014
Subcontratos	*0*	*0*
Trabalhos especializados	*172.807,92*	*276.824,65*
Publicidade	*102.702,98*	*88.965,40*
Vigilância e Segurança	*1.990,64*	*1.178,63*
Honorários	*40.341,97*	*22.025,11*
Conservação e reparação	*4.359,54*	*13.367,07*
Despesas bancárias	*7.626,22*	*3.655,96*
Ferramentas utensílios	*2.110,23*	*1.701,38*
Outros materiais	*4.278,16*	*1.254,09*
Electricidade	*7.051,23*	*7.421,99*
Combustíveis	*46,00*	*652,00*
Limpeza Higiene e Conforto	*350,48*	*237,12*
Deslocações, estadas e transportes	*128.002,50*	*53.084,20*
Rendas e alugueres	*12.318,03*	*4.200,44*
Comunicações	*13.428,72*	*16.721,16*
Seguros	*2.451,13*	*2.277,99*
Despesas representação	*147,60*	*0*
Outros	*4.067,31*	*4.151,02*
TOTAL	**504.080,66**	**497.718,21**

21. OUTROS CUSTOS E PERDAS

	2015	2014
Impostos	*6.976,97*	*6.976,97*
Correções rel per anter	*8.165,93*	*3.002,59*
Quotizações	*5.392,00*	*3.996,00*
Dívidas incobráveis	*0,00*	*5.328,84*
Outros	*110,00*	*15,21*
TOTAL	**20.464,31**	**19.319,61**

22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	2015	2014
Rendas prediais	*97.750,60*	*135.629,31*
Correcções rel per anter	*1.274,43*	*14.367,71*
Outros	*102,060*	*1.789,06*
TOTAL	**99.127,03**	**151.786,08**

23. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 20º da Lei nº 110/2009, que aprovou o Código Contributivo, informa-se que a Associação tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social.
Nos termos do DL 537/80 de 7/11, informa-se que em 31 de Dezembro de 2015 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores.

24. CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

24.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 a Associação não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

24.2 GARANTIAS

Não foram prestadas garantias bancárias.

25. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Não foram atribuídas aos órgãos sociais quaisquer remunerações no decorrer do ano 2015.

Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos do disposto nos nossos Estatutos, procedeu este Conselho à análise do Relatório das Atividades Associativas e das Contas relativos ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e quinze.

Feita a análise dos mesmos, constata-se que no referido exercício houve um resultado líquido positivo de 5.977,02 euros.

É com satisfação que continua a verificar-se que a estratégia escolhida na gestão da vida associativa, e implementada pelos atuais órgãos sociais, é a correta. Ano após ano, nestes últimos mandatos, a AORP apresenta notas de equilíbrio, que permite à associação continuar o seu percurso de dedicação ao setor da ourivesaria.

Entendemos que investimento em projetos que trazem benefícios claros para a ourivesaria, revelam-se apostas acertadas. Verificamos a execução de um plano de atividades de grande interesse que impulsiona o desenvolvimento de ações em benefício da ourivesaria, que muito nos apraz.

É nossa opinião, tal como temos deixado vincado, que o mandato desta direção é merecedor de aplauso, uma vez que conseguiu neste últimos 5 anos apresentar ganhos sucessivos. Quer-nos pois parecer que se deverá manter a AORP neste caminho, atraindo de uma forma mais forte, qualitativa e quantitativa a participação dos associados.

Não podemos deixar de dar uma palavra de louvor neste parecer para a equipa interna da AORP, que com esforço e dedicação a que já nos habituaram, em 2015 continuaram a demonstrar brio e empenho no exercício do trabalho em prol da vida associativa, e por isso a eles lhes prestamos o nosso agradecimento.

Posto isto, o Conselho emite o parecer de que o Relatório e as Contas merecem a aprovação dos senhores associados.

Porto, 16 de junho 2016

O Conselho Fiscal

www.aorp.pt